



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2017/2021**

ATA NÚMERO SEIS

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão Multiusos, reuniu, ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1, do artigo 27º, da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto um ponto um) – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito. -----

----- Ponto um ponto dois) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto um ponto três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto dois ponto um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. -----

----- Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017. -----

----- Ponto dois ponto três) – Apreciação e votação da consulta preliminar para “Alteração de Ramais de Água com contador no interior dos edifícios para o exterior” – Autorização Prévia da Assembleia Municipal. -----

----- Ponto dois ponto quatro) – Apreciação e votação – Mapa de Pessoal – Alteração – Reconhecimento de funções permanentes exercidas por pessoal em situação de precariedade. -----

----- Ponto dois ponto cinco) – “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Compromisso Plurianual – Apreciação e votação do - Procedimento concursal para aluguer operacional de duas viaturas ligeiras

de passageiros para integração na frota municipal. -----

----- Ponto dois ponto seis) – “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Compromisso Plurianual - Apreciação e votação do - Procedimento concursal para Construção/Reconstrução de Açudes no Rio Maçãs para reforço de abastecimento de água. -----

----- Ponto dois ponto sete) – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento do Pavilhão Multiusos de Vimioso. -----

----- Ponto dois ponto oito) – Reconhecimento do interesse público da operação 10.2.1.6 – “Renovação das Aldeias: Valorização da Igreja de São Joanico com vista à dinamização sociocultural e turística de São Joanico”; -----

----- Ponto dois ponto nove) – Reconhecimento do interesse público da operação 10.1.2.6 – “Renovação das Aldeias: Valorização do Largo de S. Roque com vista à dinamização sociocultural e turística da aldeia de Algos e Rotas associadas”. -----

----- Ponto dois ponto dez) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes: José Baptista Rodrigues, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel Fernandes Oliveira, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Manuel João Ratão Português, Carlos Manuel Meirinho Martins, Sandra Manuela Carvalho Vila, Vítor Américo Calvelhe Pires, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues, José Manuel Miranda, Manuel João Fernandes Preto, Daniel Tomé Ramos, Joana Filipa Carvalho Pires, Adrião Augusto de Oliveira Alves, Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão, Manuel Emílio Fonseca João e José Manuel Alves Ventura. -----

----- Faltaram os senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, André Fernandes Ramos, Luciano Lopes Alves e Hélder Domingos Ramos Pais, Presidente da Junta de Freguesia de Matela. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo

oitavo da lei cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins, e os senhores vereadores António dos Santos João Vaz, Sérgio Augusto Pires, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes e Valentim Carvalho Sena. -----

----- **Ponto um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto um ponto um) – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocada a ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não votaram os senhores deputados, por não terem estado presentes na respectiva sessão, Carlos Manuel Meirinho Martins, José Manuel Alves Ventura, Daniel Tomé Ramos e Joana Filipa Carvalho Pires. -----

----- **Ponto um ponto dois) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora segunda secretária foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto um ponto três) – Período para intervenções.** -----

----- **Ponto dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto dois ponto um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal.** -----

----- Todos os membros estavam na posse da informação. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Tendo sido aprovado o relatório de contas em sessão ordinária desta Assembleia Municipal, no dia vinte e cinco de abril, foi apurado pela Câmara Municipal o resultado líquido do exercício, em que se encontra o proveito que totaliza o valor de vinte e oito mil trezentos e setenta e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos. Nos termos da lei, foi deliberado, em sede de reunião de câmara no dia dois de maio como consta da informação na página dois, transferir, obrigatoriamente, na proporção mínima de cinco por cento ou seja mil quatrocentos e dezoito e setenta e quatro euros para a conta cinquenta e sete ponto um, sendo que, o

restante vai permanecer na conta cinquenta e nove da receita de resultados transitados”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto dois à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto dois ponto três) – Apreciação e votação da consulta preliminar para “Alteração de Ramais de Água com contador no interior dos edifícios para o exterior” – Autorização Prévia da Assembleia Municipal. -----**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como os senhores deputados bem podem verificar na documentação que lhes foi distribuída, é pretensão da câmara municipal lançar um concurso para transferir todos os contadores de água que existem no interior das habitações ou dos estabelecimentos para o exterior, que ainda são muitos. Isso hoje não acontece. Já alguns anos que a obrigatoriedade é no exterior, mas os contadores mais antigos continuam ainda no interior dos edifícios. Os serviços técnicos da câmara municipal prepararam um caderno de encargos, um programa de concurso cujo valor não ultrapassava os cento e cinquenta mil euros, o que significa que poder-se-ia recorrer a um ajuste direto. Atendendo a que com a nova lei, e atendendo a que nunca a câmara municipal tinha feito um trabalho desta natureza, pelo que não dispunha de preços de mercado para o efeito, diz a lei que têm de ser consultadas três ou mais empresas para apurar o preço. Consultadas três empresas que aí vêm, há uma grande disparidade de preços. Há uma empresa que apresenta mais de duzentos mil euros, outra na ordem dos cento e oitenta e outra inferior aos cento e cinquenta mil euros. Perante essa situação, o que é necessário fazer é encontrar a média dessas três propostas ou respostas ao nosso pedido e a média andarà, como consta da informação técnica, nos cento e oitenta mil novecentos e dez euros e trinta cêntimos. Isso significa que vamos lançar concurso na modalidade de concurso público, porque ultrapassa os cento e cinquenta mil euros. Alteraram-se as verbas iniciais que estavam no orçamento, e, trata-se de um concurso público que será mais moroso, prevêem os técnicos que essa execução ou que essa empreitada possa vir a prolongar-se para o próximo ano económico de dois mil e dezanove. Sempre que há uma alteração de preços e sempre que há um compromisso que se torna plurianual,

como vem na informação, obrigatoriamente tem que haver autorização prévia da Assembleia Municipal. É justamente disso que se trata. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel João Português. Disse: “Concordo com o que foi dito, há muitos contadores antigos, e no caso de haver qualquer avaria, seria melhor que estivessem fora dos edifícios”. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto três à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto dois ponto quatro) – Apreciação e votação – Mapa de Pessoal – Alteração – Reconhecimento de funções permanentes exercidas por pessoal em situação de precariedade. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “ No dia vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete, foi publicada a lei que permite a regularização de precários. Várias situações: recibos verdes, quem têm outro tipo de contrato e que em anos anteriores esse contrato já vinha sendo efectuado, e também para quem está no âmbito dos contratos de emprego de inserção. O que diz a lei é que aqueles postos de trabalho que sejam reconhecidos como trabalho permanente sejam postos a concurso. Automaticamente são criados os lugares no quadro de pessoal da câmara municipal. De todos aqueles que foram reconhecidos, em sede da câmara municipal, como trabalho permanente, há apenas um lugar que não consta ou que não é possível integrá-lo no actual quadro de pessoal. O único que não está lá previsto havendo um contrato a título precário é o do técnico superior de engenharia. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto quatro à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto dois ponto cinco) – “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Compromisso Plurianual – Apreciação e votação do - Procedimento concursal para aluguer operacional de duas viaturas ligeiras de passageiros para integração na frota municipal”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Podem os senhores deputados verificar, na informação técnica, que pretende a câmara municipal recorrer à modalidade de aluguer de duas viaturas ligeiras para os ser-

viços da câmara municipal. É um aluguer em que a câmara municipal apenas mete o combustível e a empresa a quem se vai alugar fica responsável por todas as outras despesas. Os nossos técnicos chegaram à conclusão, que fazendo um concurso por quatro anos, e daí logo no primeiro parágrafo referido quarenta e oito meses, a câmara tem ganhos significativos. Trata-se de um compromisso plurianual, de quatro anos, donde a obrigatoriedade da Assembleia Municipal dar autorização prévia para poder lançar este concurso de aluguer de dois veículos ligeiros de passageiros para os serviços da câmara municipal". -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto cinco à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. ---

----- **Ponto dois ponto seis) – “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Compromisso Plurianual – Apreciação e votação do - Procedimento concursal para Construção/Reconstrução de Açudes no Rio Maçãs para reforço de abastecimento de água.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “ É pretensão da câmara municipal aumentar ou altear os açudes do Rio Maçãs. Felizmente temos parecer favorável para o efeito, sendo que a Agência Portuguesa do Ambiente apresenta também algumas exigências. Estas exigências fazem com que o valor inicial que estava disponível na dotação que era de duzentos e trinta mil duzentos e setenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos, passasse para duzentos e cinquenta mil euros. A alteração do valor, e lançaremos em breve concurso público para a realização desta empreitada, obriga à autorização prévia da Assembleia Municipal. Repito, alterou-se o valor, trata-se de um compromisso plurianual, vai começar este ano e prolongar-se-á pelo ano de dois mil e dezanove, daí que é obrigatoriamente necessário a autorização prévia desta Assembleia Municipal”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto sete à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto dois ponto sete) – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento do Pavilhão Multiusos de Vimioso.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Foi aprovado em sede de reunião de câmara, no dia catorze de maio, o regulamento. Esteve o tempo legal em discussão pública, não tendo havido contributos. O que se pretende é que este espaço, designadamente o auditório, o exterior, o pavilhão e a cozinha possam vir a ser alugados. Há particulares que nos vêm fazendo pedidos para realização de batizados, festas e, para que isso possa acontecer, obriga-nos a ter um regulamento. Este regulamento foi feito pelos serviços técnicos, têm aí as justificações para os preços, sendo que, se repararem na página trinta e seis, os preços deveriam ser muito maiores atendendo aquilo que são os custos e o espaço. Mas, estando nós num concelho como o de Vimioso, estar a solicitar a particulares e a empresas preços muito altos, obviamente que se poderá tornar também incomportável para eles. Sendo um equipamento público, não pode ser cedido a particulares, mas pode ser alugado. É por isso que o custo do pavilhão é de trezentos euros dia o exterior e o interior. Quem requisitar o aluguer do pavilhão, se quiser que lhe sejam postas as mesas e as cadeiras, tem que pagar mais cem euros. Se alguém quiser alugar o auditório são setenta e cinco euros por dia. São valores bastante acessíveis para o espaço e para as condições que nós disponibilizamos. É disso que se trata. Vêm aí todas as condições para o aluguer, desde a caução, as declarações de responsabilidade e tudo mais que, certamente, tiveram oportunidade de ler. Desta forma, nós podemos alugar o pavilhão a quem o requisitar”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto sete à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade.---

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs, e foi aceite, que o ponto dois ponto oito e o ponto dois ponto nove fossem discutidos em conjunto, mas que a sua votação decorreria separadamente. -----

----- **Ponto dois ponto oito) – Reconhecimento do interesse público da operação 10.2.1.6 – “ Renovação das Aldeias: Valorização da Igreja de São Joanico com vista à dinamização sociocultural e turística da aldeia de São Joanico”. -----**

----- **Ponto dois ponto nove) – Reconhecimento do interesse público da operação 10.2.1.6 – “Renovação das Aldeias: Valorização do Largo de S. Roque com vista à dinamização sociocultural e turística da aldeia de Al-**

goso e Rotas associadas”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Abriu há pouco tempo uma candidatura no PRODER em que a dotação prevista não chega aos trezentos mil euros, através da CORANE, do órgão de gestão da CORANE. A acção designa-se renovação das aldeias. Nesse sentido, os técnicos da câmara municipal estão a preparar duas candidaturas, uma será apresentada pela câmara municipal, outra será apresentada pela Comissão Fabriqueira de Vale de Frades e São Joanico. Já elaboramos um projeto para requalificação da Igreja de São Joanico que está em muito mau estado. Um dos documentos exigidos na candidatura é exatamente a declaração de interesse público deste investimento. Um respeito à requalificação do Largo de S. Roque em Algozo o qual vai ser executado e para o qual a câmara tem verba suficiente para o efeito. Se a candidatura vier a ser aprovada, significa que há uma parte de cinquenta por cento financiada. A outra, se vier também aprovada, lançaremos, nós não, mas a fabriqueira, respeito à Igreja de São Joanico, sendo que, como fizemos com todas as comissões fabriqueiras colaboraremos, como estamos a fazer, por exemplo, na requalificação da Igreja de Vale de Pena. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto oito à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. Ponto dois ponto nove foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto dois ponto dez) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.-----

----- Usou da palavra o senhor Vereador Jorge Fernandes. Disse: “Tal como já disse em sessões anteriores, virei aqui falar de assuntos que dizem respeito à minha freguesia de Angueira. O assunto que me traz aqui hoje, gostaria que estivesse cá o Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, não está, mas está cá o representante da freguesia da localidade de Angueira. Aquilo que quero dizer, indo diretamente ao tema, é que em dois mil e cinco, eu estava na junta de freguesia em conjunto com o Vítor Pires, fizemos vários projetos. Um deles é o caminho agrícola que vai desde a capela de S. Sebastião

até ao limite de S. Martinho de Angueira pela margem do rio Angueira. Havia um conjunto de candidaturas disponíveis, na altura no âmbito do programa AGRIS, e estes caminhos agrícolas eram integrados neste programa. Esse projeto foi delineado e foi apresentado ao Ministério da Agricultura. Contratámos, na altura, uma empresa que nos fez os estudos topográficos. O projeto foi aprovado, foi o primeiro projeto a ser aprovado no Ministério da Agricultura no nosso concelho. Posteriormente, fizeram-se outros em Carção, Campo de Víboras, e noutras localidades. Esses projetos foram executados e bem porque eram financiados a cem por cento, e vieram para o nosso concelho e estão à disposição de todos. Por sinal, o nosso foi dos últimos a ser executado, foi executado em dois mil e cinco, dois mil e nove. É o caminho que vai pela margem do rio Angueira até ao limite da freguesia de S. Martinho. Logicamente que esse caminho, em algumas zonas, tem um grande risco de degradação, nomeadamente nas alturas em que há cheias, e acontece com frequência sempre que há uma cheia há alguma degradação em pequenos troços, ali um troço de trezentos a quatrocentos metros. Em dois mil e cinco, houve cheias e houve essa degradação mesmo junto à ponte conhecida pela ponte da Edra. Houve uma degradação considerável nesse local. De dois mil e nove a dois mil e treze, no primeiro ano do mandato do anterior presidente da junta da freguesia de Angueira, o Emílio, não da união de freguesias, fizeram a recuperação desse local que estava completamente degradado. Essa recuperação foi fácil de fazer. Envolveu a aplicação de malha sol no pavimento, envolveu umas quantas placas de cimento e aplicação de areia. Já vieram outras cheias e jamais aquilo foi destruído. De dois mil e treze a dois mil e dezassete, em quatro anos, nada foi feito. O caminho continua degradado, aquilo que vejo, passo lá quase todos dias no âmbito da minha atividade, eu e outros, aqueles que se dedicam ao cicloturismo passam por ali, é degradante ver aquele troço do caminho com entulho, com entulho de obras. Alguém anda a deitar entulho de obras nas margens do rio Angueira. E depois, na tentativa de recuperação do caminho, que isso não é recuperação de nada, é com entulho que se tapam os buracos. Ontem fiz um levantamento fotográfico em pormenor a tudo isto, ainda pensei trazer para aqui as fotografias impressas, mas depois disse não, por isso vou enviá-las por mail ao atual senhor Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira. Portanto, seria conveniente, já que o anterior presidente

de junta e o anterior representante de junta e o atual, durante quatro anos nada fizeram para a recuperação deste caminho, sendo que o custo financeiro para o fazerem não será tão significativo como isso, com malha sol, com umas sacas de cimento, os fornecedores habituais da câmara municipal poderão fornecer esses materiais, fazer essa obra de recuperação. Solicito e apelo que se faça esta recuperação. Estamos a falar de dinheiros públicos. Quando estive na junta de freguesia na qualidade de projetista, ao serviço da junta de freguesia fiz o projeto. Foram duzentos mil euros que entraram na junta de freguesia. Não cobre um tostão. Podia ter arranjado um colega para faturar o trabalho, e se calhar alguns farão, mas não o fiz por princípio. Pus os meus conhecimentos, o meu serviço, ao serviço da minha terra. Não estou aqui para denegrir a imagem dos secretários nem fazer politiquices. Na altura fiz porque tive muito gosto em o fazer. Agora apelo ao bom senso, ao atual presidente da junta que, pelo menos, pense, em conjunto com a câmara, para fazerem a recuperação do caminho, porque eu na qualidade de projetista sinto-me ofendido. Os elementos da junta de freguesia da altura, certamente, também se sentirão ofendidos e, portanto, entendo que o caminho deve ser recuperado. Caso não seja recuperado na qualidade de projetista da altura, irei denunciar a situação ao Ministério da Agricultura, tenho que o fazer. Isto aqui já é uma questão de bom senso, o caminho está degradado, foram dinheiros públicos, foram duzentos mil euros que entraram ali, tem que ser recuperado. Eu pago IMI em Angueira, pago IMI em Vimioso, e apelo ao bom senso para que esta obra seja recuperada. Não se gasta muito dinheiro com isto. É um percurso turístico que ali está e que valoriza a localidade, valoriza o concelho, e aquilo que está ali entristece quem ali passa e, também, prejudica quem ali passa todos os dias para trabalhar. É um apelo que faço ao bom senso dos atuais representantes da junta que lancem mão à obra, não custa nada, e não gastam muito dinheiro para fazer esta recuperação”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Nos meus mandatos, fizeram-se vários caminhos agrícolas, bem executados. Certamente alguns já necessitarão de pequenas intervenções. O caminho em concreto a que o senhor deputado se refere não foi da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “ Nós estamos disponíveis para colaborar. Se o caminho está a ter tanta degradação também o material colocado numa zona ribeirinha devia ser aquele? Verifica-se que o betão resulta melhor do que o alcatrão. Se o caminho tem os anos que tem os outros, os outros também têm degradação, não é só aquele, mas se tem essa degradação tão grande e tão visível e precisa de uma intervenção tão grande, tendo a empreitada sido lançada pela junta de freguesia na altura, devem ter sido prestadas garantias. Se calhar já passou o tempo, não sei se ficaram garantias se não ficaram, desconheço o processo. É um processo da junta de freguesia, não foi um processo da câmara municipal, mas é evidente que estamos a falar de uma zona ribeirinha como já aconteceu noutros lados, com paralelos também, quando há cheias isso pode acontecer. Estamos disponíveis para colaborar com a junta de freguesia, designadamente avaliar tecnicamente o problema e encontrar a melhor solução, porque é evidente, do que foi dito, que a obra não foi bem executada. -----

----- Para responder, usou da palavra o senhor deputado Manuel João Fernandes Preto, representante da junta de freguesia em Angueira. Disse: “Sobre o que o senhor Jorge Fernandes disse, nalgumas coisas tem razão, mas noutras não tem. Primeiro, o caminho não chega ao limite de S. Martinho. Segundo, é verdade que foi requalificado à entrada da ponte da Edra. Este ano requalificamos do outro lado, não sei se o senhor Jorge Fernandes já lá passou. Sobre o que está degradado, requalificamos da mesma maneira. Requalificamos com cimento e com grelha e requalificamos a entrada da ponte. Este ano, como foi um ano muito seco, atrasamos esse tempo de verão, requalificamos aquele bocado do lado de lá e em baixo. Sobre o que está degradado não tem muita razão, o caminho só durou enquanto não veio a cheia, esteve um ano ou dois sem virem cheias e o caminho aguentou-se. Desde que veio uma ou outra cheia maior, o alcatrão foi embora e não é com três ou quatro sacos de cimento que se vai requalificar aquilo porque são, pelo menos duzentos e cinquenta a trezentos metros, que estão degradados. Portanto, não é com dois ou três sacos de cimento. Na altura todo o povo apoiou, eu apoiei e toda a gente ficou satisfeita. Só que, na altura, metade do material ficou sem ser colocado no caminho. Onde estão as valetas em cimento e a espessura do alcatrão que estava previsto no projeto? A junta de freguesia logo que possível fará a reparação

do troço degradado porque foi mal executado. À beira do rio, se tem sido pensado como o senhor está agora a sugerir não teria sido posto o alcatrão, durou dois ou três anos enquanto não vieram as cheias”. -----

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
